

Políticas de Reconhecimento X Políticas de Redistribuição - Um Dilema Contemporâneo ⁽¹⁾

Andréia Clapp Salvador ⁽²⁾

Resumo

O presente artigo pretende examinar algumas questões que vêm compondo o debate das ações afirmativas, como: igualdade, diferença, reconhecimento e redistribuição. O texto analisa as possíveis aproximações ou distanciamentos desses conceitos e, para tal, utiliza duas indagações: há um modelo ideal de política de redistribuição e/ou reconhecimento? Os princípios da igualdade e da diferença são contraditórios e/ou complementares? Questões especialmente fundamentadas na argumentação teórica de Nancy Fraser.

Palavras-chave

(1) Política de ação afirmativa; (2) Políticas de Reconhecimento e Redistribuição; (3) Igualdade e Diferença.

Recognition Vs. Distribution Policies - Contemporary dilemmas

Abstract

This article brings to light some issues that are compounding the discussion of affirmative action, such as equality, difference, recognition and redistribution. This work proposes a debate on possible approaches or withdrawals to these concepts by bringing up two questions: Is there one ideal model of distribution and/or recognition policies? The equality and difference principles are contradictory and/or complementary? Of particular theoretical argument grounded in Nancy Fraser.

Keywords

(1) Affirmative action policy; (2) Recognition and Distribution Policies; (3) Equality and Difference

⁽¹⁾ Este texto reproduz, com algumas alterações, o capítulo I da minha tese de Doutorado, intitulada: "Ação Afirmativa no Ensino Superior: Estudo da Política de Inserção de Alunos Pobres e Negros na PUC-Rio", defendida em setembro de 2008 pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁽²⁾ Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do curso de graduação e Pós-graduação do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio. Coordenadora do curso de graduação em Serviço Social. adapp@puc-rio.br

Um dos problemas da atualidade é a questão da desigualdade social, que, no caso brasileiro, é uma marca registrada na sua história. O Brasil tem buscado saídas para a redução da pobreza, principalmente pela via do crescimento econômico, baseado no modelo liberal de "crescer o bolo para depois distribuir", mas não tem se preocupado com questões referentes à redução das desigualdades sociais.

A desigualdade não é um fenômeno procedente apenas de questões econômicas e de diferença de classe, mas está condicionado a outras variáveis, como gênero, sexo, raça, etnia, entre outras. Entretanto, ainda há certa resistência, principalmente do meio acadêmico, em analisar a influência dessas variáveis na dinâmica das desigualdades sociais.

Fenômeno antigo, a desigualdade social se encontra radicada em pensamentos e práticas discriminatórias. Sempre houve desigualdade. O problema é que, nas democracias modernas ocidentais capitalistas, também foi prometido que todos seriam livres e iguais. Esse é o paradoxo das sociedades modernas. Porém, com a exacerbação das desigualdades sociais, a implementação de políticas públicas e privadas vem se tornando cada vez mais urgente.

Desta forma, um dos maiores desafios da democracia contemporânea tem sido o de encontrar respostas políticas capazes de reduzir as desigualdades sociais. Nesse debate aparecem duas propostas distintas: as políticas redistributivas, dirigidas para a redução das carências econômicas, e as políticas de reconhecimento, voltadas para a valorização de identidades desrespeitadas. As políticas redistributivas estariam mais voltadas para a garantia de igualdade econômica e se concretizariam, principalmente, através da redistribuição de renda, enquanto as políticas de reconhecimento estariam voltadas para a redução das desigualdades sociais, baseadas em aspectos identitários e culturais.

A partir do fim do século XX, a luta por reconhecimento tem se tornado,

rapidamente, a maior forma de conflito político (Fraser, 2001), principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos. A sociedade brasileira tampouco tem sido indiferente à questão; ao contrário, a política de ação afirmativa nas universidades públicas e privadas é uma proposta que tem provocado polêmica, pois está relacionada à redistribuição, porém considerando a falta de reconhecimento de direitos de grupos específicos¹.

As políticas de viés afirmativo são uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, entre outros, por direitos coletivos e culturais. No caso do Brasil, esses grupos, que vêm se organizando como movimentos sociais principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Dessa forma, o movimento das mulheres tem lutado pelo direito a participar de forma mais efetiva da vida política; o movimento negro vem exigindo a inclusão de seu grupo em espaços públicos, como escola e trabalho; o movimento dos homossexuais luta pelo reconhecimento da sua identidade, dentre outros. Portanto, houve uma mudança no campo das reivindicações sociais a partir da atuação dos "novos movimentos sociais". O foco central deixou de ser alusivo apenas à esfera econômica, abrangendo outros aspectos, como as desigualdades culturais, sexuais ou raciais.

Agora são novas exigências que fazem surgir outra concepção de igualdade. A partir daí, emerge a noção de uma igualdade material ou substancial, que questiona os aspectos da desigualdade, em uma perspectiva que vai além da igualdade formal, como comenta Joaquim Barbosa. Sob esse novo prisma, seria "uma noção 'dinâmica', 'militante' de igualdade, na qual,

¹ Dentre as diversas definições disponíveis sobre política de ação afirmativa, adoto o conceito usado por Joaquim Barbosa Gomes (2003), que considera a ação afirmativa "um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (...). Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido - o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito" (p. 27).

necessariamente, seriam devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante (...)", como prossegue o autor (Gomes, 2003, p.19). Esses novos sujeitos sociais, como as mulheres, negros ou deficientes físicos, passam a exigir respostas para suas condições de desigualdade, que precisam ser reconhecidas e reparadas. Uma das alternativas que surgem frente às novas demandas dos "indivíduos especificados" é a política de ação afirmativa.

As políticas afirmativas, também conhecidas como políticas de reconhecimento, devido à consideração da diferença, vêm recebendo algumas críticas. Parte da sociedade desconsidera a eficiência dessas políticas, valorizando as políticas de redistribuição, que é, no campo das políticas públicas brasileiras, uma tradição. A esse respeito, o estudo de Nancy Fraser (2001) oferece importante contribuição ao considerar que este é um verdadeiro dilema contemporâneo, e que não é imaginável existir uma única alternativa política que possa responder a tantas desigualdades sociais.

Desta forma, as políticas afirmativas, com seus princípios pautados numa proposta de reconhecimento da diferença, trazem para os dias atuais alguns dilemas, especialmente no que cabe às questões sobre igualdade/diferença e redistribuição/reconhecimento. E, seguindo esta perspectiva, o presente texto buscará analisar tais questões e suas "possíveis relações", que têm sido consideradas por alguns teóricos e militantes como incompatíveis e contraditórias e, por outros, como complementares.

O texto está estruturado em duas partes. No primeiro momento, são feitas algumas considerações teóricas acerca das políticas de reconhecimento e de redistribuição, seguindo a orientação de Nancy Fraser, que defende uma articulação entre as duas perspectivas políticas. No segundo momento, são apresentados dois dos principais dilemas existentes entre reconhecimento e distribuição. O primeiro dilema refere-se à existência de um modelo ideal de política - a de reconhecimento ou redistribuição? - e o segundo dilema traz à baila os conceitos de igualdade e diferença que, embora pareçam contraditórios, também podem ser complementares.

Políticas de Reconhecimento e Políticas de Redistribuição - Algumas Considerações

As lutas políticas dos países latino-americanos têm se direcionado mais para políticas sociais de igualdade, embora a luta em defesa do reconhecimento das diferenças venha se ampliando nas últimas décadas². As políticas públicas brasileiras, historicamente, se caracterizam por privilegiar as questões sociais numa perspectiva universalista, com um modelo redistributivo. Entretanto, novas formas de reivindicação política, "relativamente independentes das questões da distribuição econômica têm assumido um lugar crescente importante em todo o ocidente, seja no centro, seja na periferia do sistema" (SOUZA, 2001, p.7). No caso do Brasil, país periférico, há demandas tanto por redistribuição, quanto por reconhecimento.

Frente a tantas demandas, com o acirramento das desigualdades sociais e a necessidade premente de redução deste quadro, algumas questões se tornam cada vez mais imprescindíveis nos debates acadêmicos, nos movimentos sociais e espaços políticos: qual tipo de política - reconhecimento ou redistribuição - é capaz de responder, de forma mais adequada, ao quadro de desigualdade social? As políticas de reconhecimento e de redistribuição podem ser complementares ou são propostas antagônicas? É possível haver uma articulação entre ambas as políticas? Entre tantas questões, o presente texto buscou nos estudos de Nancy Fraser, alguns elementos teóricos que pudessem subsidiar este debate e suas principais indagações³.

Desta forma, cabe aqui destacar alguns dos aspectos que permeiam o debate das políticas de redistribuição e de reconhecimento e sua associabilidade, conforme o argumento de Nancy Fraser.

Nancy Fraser (2001), ao analisar as questões políticas de reconhecimento e

² O debate sobre a questão do reconhecimento se ampliou nos últimos anos, especialmente com os estudos de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser, alguns dos principais teóricos da atualidade, que têm procurado "retrabalhar, cada um ao seu modo, o tema do reconhecimento como sendo central para uma teoria crítica da sociedade contemporânea" (Mattos, 2004, p.143).

³ No presente artigo, pretende-se apresentar alguns aspectos do pensamento de Nancy Fraser, especialmente no que se refere à sua proposta de integração da redistribuição e do reconhecimento. Desta forma, não cabe aqui desenvolver uma análise da teoria crítica do reconhecimento defendida pela autora, mas sim trazer alguns dos seus principais argumentos que se referem à questão das políticas de ação afirmativa, também conhecidas como políticas de reconhecimento, devido à perspectiva de valorização da diferença.

redistribuição, afirma que o que diferencia essas alternativas são dois tipos distintos de injustiça: a "injustiça econômica" e a "injustiça cultural".

A "injustiça socioeconômica" estaria relacionada a situações de desvantagem econômica e enraizada na estrutura político-econômica da sociedade. Seria relativa a situações de exploração (apropriação de bens), marginalização econômica (baixa remuneração, sem acesso a trabalho) e privação (inadequado padrão material de vida). Esse tipo de injustiça exigiria políticas redistributivas. O "remédio" para essa injustiça seria a reestruturação político-econômica, que poderia envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, etc. (Fraser, 2001, p.252). A "injustiça cultural ou simbólica", por sua vez, estaria mais arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, como, por exemplo, situações de dominação cultural (sujeitados a cultura estranha e/ou hostil), não-reconhecimento (invisibilidade de sua cultura) e desrespeito (difamação) - uma injustiça que exigiria políticas de reconhecimento, o que poderia envolver reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados, o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural (Fraser, 2001).

Sendo assim, os grupos que vivenciam situações de injustiça socioeconômica, como por exemplo a classe operária, sofrem com a má distribuição socioeconômica. As coletividades que vivem situações de injustiça cultural, condição enraizada na cultura, como grupos oprimidos e subordinados que exigem reconhecimento, vivem situações de não-reconhecimento cultural. Seguindo essa argumentação, a solução para a injustiça socioeconômica estaria nas políticas de cunho redistributivo, responsáveis por uma melhor distribuição de bens e por uma situação social mais igualitária. A solução para a injustiça cultural, portanto, estaria nas políticas de reconhecimento, voltadas para o respeito e garantia do que diferencia.

Mas é preciso cautela ao se analisar essa questão. Segundo Fraser, essa seria uma visão bastante simplista, uma vez que nem todo sujeito ou grupo que sofre com situações de não-reconhecimento vive em situação de carência econômica; e nem todo grupo que sofre de desvantagem econômica convive com situações de desrespeito cultural. Na verdade, tanto as políticas quanto seus remédios são dimensões que estão "imbricadas dialeticamente".

Entre a Política de Reconhecimento e a Política de Redistribuição - Existe um Modelo Ideal de Política? Um Primeiro Dilema

Diversos militantes, acadêmicos e políticos, preocupados com a exasperação da desigualdade no mundo, têm buscado alternativas políticas que possam resolver uma problemática que é tão complexa. As principais indagações aparecem no campo das políticas e se referem à sua eficácia. Algumas das questões que estão na pauta dos principais debates mundiais sobre as desigualdades sociais são: qual caminho é capaz de solucionar esta questão? Como escolher a melhor alternativa política?

Como visto acima, Nancy Fraser tem analisado duas alternativas políticas: a de reconhecimento e a de redistribuição. Segundo a pesquisadora, as políticas de reconhecimento e as políticas de redistribuição são possibilidades distintas de pensar políticas públicas, principalmente com relação à diferença de natureza e fundamento de cada proposta, uma vez que a perspectiva de reconhecimento demandaria mais por respeito à diferença, enquanto a proposta de redistribuição exigiria uma melhor distribuição de renda. Entretanto, no campo prático, essa questão não aparece de forma tão simples. Usando os conceitos de Fraser, não há um único "remédio" para uma determinada "injustiça".

A partir de estudos da autora realizados sobre coletividades, com o viés de raça e classe, concluiu-se que ambas necessitam de redistribuição e de reconhecimento, considerando que "desvantagens econômicas e desrespeito cultural estão entrelaçados e apoiando um ao outro" (Fraser, 2001, p. 246). Para exemplificar, uma mulher negra oriunda de classe popular, que luta pelo reconhecimento de sua identidade de mulher e negra, necessita também de políticas distributivas, relativas à sua situação de marginalização econômica. Isso é o que Fraser considera o caráter ambivalente das coletividades.

Para Fraser, as coletividades são ambivalentes⁴ porque sofrem, ao mesmo tempo, injustiças ligadas à esfera econômica e cultural e, por isto, necessitariam de remédios redistributivos e de reconhecimento:

Ao contrário, todos esses tipos de injustiça cruzam-se de modo que afetam os interesses e identidades de todos. Ninguém é integrante de só uma coletividade. E as pessoas que são subordinadas em um dos eixos da divisão social podem muito bem ser dominadoras em outro. (Fraser, 2001, p. 280).

No mundo real, as questões econômicas e culturais estão interligadas, assim como injustiças de distribuição e reconhecimento:

Na prática ambas estão interligadas, imbricadas dialeticamente, reforçando-se mutuamente (...). Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as vantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano (...). O resultado é, frequentemente, um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica (Fraser, 2001, p. 251).

É relevante que seja considerado que as dimensões socioeconômica e cultural-valorativas estão permeadas por normas que estabelecem diferenças e que instituem padrões de hierarquia entre os grupos, anulando alguns grupos em detrimento de outros.

Há uma integração entre a questão econômica e cultural e, por esta razão, é inviável qualquer proposta que pretenda valorizar uma perspectiva em detrimento da outra. Assim, as questões políticas referentes a aspectos de reconhecimento e redistribuição que são costumeiramente dissociadas devem ser conectadas, "pois só por meio da reintegração do reconhecimento e da redistribuição pode-se chegar a um quadro adequado às demandas de nosso tempo" (FRASER, 2001, p. 246). Não se pode pensar em políticas de igualda-

⁴ A autora selecionou, para melhor exemplificar seu argumento, duas coletividades: raça e gênero, consideradas, por ela, modos ambivalentes de coletividade por estarem implicados, simultaneamente, na política de redistribuição e na política de reconhecimento. "Feministas devem procurar remédios político-econômicos que minem a diferenciação de gênero enquanto, também, devem procurar remédios cultural-valorativos que valorizem a especificidade da coletividade menosprezada. Antirracistas, igualmente, devem perseguir remédios político-econômicos que minem a diferenciação 'racial' enquanto, também, devem procurar remédios cultural-valorativos que valorizem a especificidade de uma coletividade menosprezada" (Fraser, 2001, p. 265).

O Social em Questão

de sem que sejam reconhecidas as diferenças, uma vez que tanto a má distribuição quanto o não reconhecimento geram desigualdade. A solução estaria em concepções alternativas de redistribuição e reconhecimento.

É importante destacar que a reivindicação por reconhecimento, para Nancy Fraser, se caracteriza pela busca de superação da condição de subordinação social de um grupo determinado e o estabelecimento da condição de integração paritária com outros grupos sociais⁵. Nesse caso, o reconhecimento se baseia na busca pela superação da condição de subordinação e não como um processo identitário, como alguns teóricos têm sugerido. O processo de reconhecimento não pode ser visto exclusivamente "através da lente da identidade", ele vai além:

O que requer reconhecimento no contexto da globalização não é a identidade específica de um grupo, mas o estatuto individual dos seus membros como parceiros de pleno direito na interação social. Desta forma, o falso reconhecimento não significa a depreciação e deformação da identidade do grupo, mas antes a subordinação social, isto é, o impedimento da participação paritária na vida social. (Fraser, 2004, p.7)

Com relação à realidade brasileira, especialmente sobre o dilema entre reconhecimento e redistribuição, Céli Regina Pinto destaca a positividade de serem consideradas em seu conjunto e faz a seguinte ressalva:

Tomando as condições socioeconômicas e culturais do Brasil parece-me que se pode pensar em políticas de distribuição somadas a políticas de reconhecimento de uma forma bastante positiva. Em primeiro lugar, porque (...) não parece possível que uma política de redistribuição, mesmo em uma vertente radical seja capaz de atingir indistintamente todos os pobres brasileiros. Qualquer política redistributiva deve vir acompa-

⁵ Para Nancy Fraser, a condição de subordinação ocorre quando "as instituições sociais regulam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação" (...). Em diversos casos, "a interação é regulada por um padrão institucionalizado de valor cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativas e outras como deficientes ou inferiores. Consequentemente, é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos, capazes de participar na interação ao mesmo nível que os outros" (Fraser, 2004, p.7)

nhada de políticas compensatórias, isto é, políticas de reconhecimento, que recorta o todo da pobreza, identifica condições específicas e toma medidas focais" (Pinto, 2004, p.100).

A pesquisadora, ao fazer sua análise sobre a conjuntura brasileira, traz dois aspectos importantes. Inicialmente, ressalta o valor das políticas de reconhecimento, considerando-as um importante mecanismo político capaz de contribuir para a ampliação e conquista de direitos. Um segundo aspecto, baseado na perspectiva de Fraser, ressalta a importância da integração de políticas de reconhecimento e redistribuição na luta por uma sociedade mais justa. A proposta de integração das políticas se baseia na seguinte constatação: há um limite nas políticas distributivas como caminho exclusivo no enfrentamento da pobreza, porque a pobreza brasileira é resultado de contradições econômicas e culturais. As políticas de reconhecimento seriam complementares e ocupariam o espaço das reivindicações culturais e simbólicas. É, então, essencial que sejam analisados de forma relacional conceitos como "reconhecimento cultural e igualdade social, de forma que ambos se sustentem e não se enfraqueçam mutuamente", proposição essa que é central nos estudos de Nancy Fraser (Mattos, 2004, p.145).

Seguindo essa análise, as políticas de reconhecimento não estariam voltadas exclusivamente para a solução de questões de identidades marginalizadas, que exigem reconhecimento, mas também para coletividades que necessitam ter acesso aos bens materiais. Assim, uma alternativa viável para o enfrentamento da problemática da desigualdade social brasileira na atualidade implicaria, necessariamente, num processo de materialização de políticas de reconhecimento e redistribuição, o que enfrentaria o primeiro dilema realçado aqui.

A Questão da Igualdade e da Diversidade nas Políticas de Reconhecimento e Políticas de Redistribuição - Um Segundo Dilema

A integração entre as políticas de reconhecimento e redistribuição traz outra questão: como duas propostas, que têm por base princípios díspares (a

política de redistribuição se fundamenta no princípio da igualdade e a política de reconhecimento se fundamenta na diferença), podem se articular? Com relação ao dilema existente entre reconhecimento e redistribuição, está subjacente um segundo ponto importante no debate.

O ponto crítico está na perspectiva antagônica, defendida por alguns teóricos, que envolve os conceitos de igualdade e diversidade. Segundo Charles Taylor (2000), "aos proponentes da política da dignidade original⁶, isso pode parecer uma reversão, uma traição, uma simples negociação de seu tão caro princípio" (p. 252). O mesmo acontece na outra via, quando alguns defensores das políticas de reconhecimento também têm pretendido negar valores igualitários. Entretanto, essas concepções não são antagônicas e nem tampouco separadas. Ao contrário do que alguns pensam, a perspectiva da diversidade está vinculada à perspectiva da igualdade. Paulo Sergio da C. Neves mostra a vinculação histórica entre os conceitos de liberdade, igualdade e reconhecimento, e enfatiza que

o interesse atual em torno das teorias do reconhecimento pode ser inserido no longo processo histórico da modernidade que, desde os seus primórdios, elegeu a liberdade e a igualdade como alicerces da vida política. (...) Assim, pode-se dizer que há uma linha de continuidade entre a ideia de liberdade, que esteve na base da constituição do Estado Liberal democrático nos séculos XVII e XVIII, os princípios igualitaristas, que animaram as lutas sociais dos séculos XIX e XX pela expansão da cidadania das classes populares, e as demandas de reconhecimento social dos grupos que tentam mudar o imaginário sobre o lugar que ocupam na sociedade (...) (Neves, 2005, p. 4).

Entretanto, em muitos casos, até mesmo dentro dos próprios movimentos sociais, as lutas por reconhecimento estão dissociadas das lutas por redistribuição. Além da dissociação, há também uma polarização desta questão:

⁶ Segundo Charles Taylor, "enquanto a política de dignidade universal lutava por formas de não-discriminação que 'ignoravam' consideravelmente as diferenças dos cidadãos, a política de reconhecimento redefine frequentemente a não-discriminação como uma exigência que nos leva a fazer dessas distinções a base do tratamento diferencial" (Taylor, 2000, p.251).

Alguns proponentes da redistribuição entendem as reivindicações de reconhecimento das diferenças como uma "falsa consciência", um obstáculo ao alcance da justiça social. Inversamente, alguns proponentes do reconhecimento rejeitam as políticas redistributivas por fazerem parte de um materialismo fora de moda que não consegue articular nem desafiar as principais experiências de injustiça. Nesses casos, realmente estamos diante de uma escolha: redistribuição ou reconhecimento? Política de classe ou política de identidade? (Fraser, 2007, p.103).

A situação da dissociação e da polarização entre reconhecimento e redistribuição exemplifica uma questão mais ampla e complexa: "a difundida separação entre a política cultural e a política social, a política da diferença e a política da igualdade", constituindo assim as "falsas antíteses" (Fraser, 2001). Ao invés de integrar, muitas das escolhas políticas da atualidade, tem se baseado na separação, negação ou anulação de um determinado tipo de proposta.

Nesse debate, muitas vezes permeado por perspectivas opostas, alguns teóricos, como Vera Candau, Boaventura de Souza Santos e Evelina Dagnino, vêm mostrando que igualdade e diversidade não são perspectivas contrárias, e, diferentemente do que se pode pensar, é possível promover a integração. A argumentação de Vera Candau nos ajuda a desenvolver essa questão. A autora afirma que igualdade e diferença não são categorias opostas, porque o contrário de igualdade seria a desigualdade e oposto da diferença é a uniformização.

Não se deve contrapor igualdade à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre "o mesmo", à mesmice (...). O que estamos querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, a negação da padronização e também a luta contra todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. A igualdade que queremos construir assume o reconhecimento dos direitos básicos de todos/as. No entanto, esses todos/as não são os/as mesmos/as. Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na construção da igualdade (Candau, 2003, p.6).

A compreensão de que igualdade e diferença são concepções opostas aparece de forma veemente no tema das políticas de ação afirmativa, principalmente quando se refere à questão racial. Nesse caso, é como se a questão racial, que é o aspecto diferenciador, fosse responsável pela anulação do princípio da igualdade. Exemplificando a questão, com a implementação de ações afirmativas, o princípio da igualdade compreendido como "todos iguais perante a lei" correria o "risco" de ser abalado. Quer dizer: quando o debate se refere ao direito de grupos desiguais, como os negros, mulheres, nordestinos etc., há uma tendência de determinados segmentos da sociedade quere-rem negar alguns dos aspectos diferenciadores. O que chamando de diferenciadores são os aspectos físicos, étnicos, de gênero, de origem nacional, orientação sexual, entre outros, que caracterizam os grupos sociais que vivem historicamente em condições de subalternidade. Grupos esses que representam a estabilidade do quadro de desigualdade social brasileira.

Dessa forma, quando a questão é a implementação de uma política pública e/ou privada baseada na proposta de reconhecimento de grupos desiguais, a igualdade e a diferença têm aparecido como esferas opostas. A aprovação ou rejeição dos aspectos diferenciadores é bastante variável. Não há uma unanimidade nesta questão, embora pareça que políticas dirigidas a grupos sociais negros têm sofrido uma maior rejeição por parte da sociedade brasileira.

No que se refere a esse antagonismo, a jurista Flavia Piovesan faz a seguinte ressalva: na atualidade,

é insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nessa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada (Piovesan, 2007, p.28).

Desta forma, as ações afirmativas se tornam cada vez mais necessárias nos dias atuais, especialmente por serem políticas "endereço-adas a grupos

socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão" (Piovesan, 2007, p.27).

Embora considere que há uma tensão entre igualdade e diversidade, mas partindo do princípio de que não há antagonismo entre os dois conceitos, Candau (2003) propõe que haja uma maior articulação entre igualdade e diferença, uma interação proposta a partir de uma concepção dialética que incluiria, no debate da igualdade, aspectos relativos à diferença e, no debate referente ao reconhecimento das diferenças, a afirmação da igualdade (p.5).

Dagnino (2004) ratifica a importância de ser afirmado tanto o princípio da igualdade quanto o da diferença, especialmente nos debates concernentes à questão da cidadania:

Me parece que tal redefinição de cidadania estabelece um vínculo indissolúvel entre o direito à igualdade e o direito à diferença, na medida em que não é mais possível na sociedade contemporânea pensar a realização da igualdade sem considerar que essa realização passa integralmente por assegurar também o direito à diferença. Não há como falar em igualdade se as diferenças persistirem e são usadas como base para a desigualdade, a discriminação etc. (p.4).

Boaventura, por sua vez, também fala das tensões entre igualdade e diferença, mas reafirma que as duas concepções estão interligadas. Para o autor, a realização da igualdade exige tanto políticas de reconhecimento da diferença como de redistribuição, pois somente desta maneira seriam reconhecidas as diferenças e a igualdade. Nesse caso, a igualdade só se concretizaria quando a diferença também fosse reconhecida. Como ele mesmo afirma, "temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2003, p.458). Ao analisarmos a situação dessa forma, não cabe mais uma perspectiva de opostos: de um lado, a igualdade e, de outro, a diversidade. Ao contrário, é possível pensar um padrão de justiça social que agregue as dimensões de igualdade e diferença, ou seja, de reconhecimento e redistribuição.

Entretanto, analisar igualdade e diversidade conjuntamente pode ser uma

arena de conflitos. Na verdade, existem fortes tensões entre as concepções de diferença e igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição. Sobre essa questão, o autor faz o seguinte comentário:

Essas tensões estão no centro das lutas de movimentos e iniciativas emancipatórios que, contra as reduções eurocêntricas dos termos fundamentais (cultura, justiça, direito, cidadania), procuram propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diferença de concepções alternativas da dignidade humana (p.25).

Mesmo afirmando a existência do conflito, o autor propõe algumas alternativas políticas que possibilitem uma articulação entre igualdade e diferença. Embora não caiba, neste momento, analisar tais alternativas, gostaria de aludir a alguns pressupostos que o autor aponta como prioritários para que ocorra uma articulação efetiva entre igualdade e diferença. Alguns deles são: a) "exigir o reconhecimento da diferença a partir da reivindicação de que os "outros" nos olhem como iguais e reconheçam em nós os mesmos direitos de que são titulares"; b) "reivindicar uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhando essa diferença"; e c) "compatibilizar direitos coletivos e direitos individuais" (p.25). Sendo assim, para que se efetive uma maior articulação entre igualdade e diversidade, seria necessária a conquista e mesmo a conservação de alguns princípios, tais como o respeito à diferença, a valorização da conquista da igualdade e o reconhecimento das diferenças e da igualdade. Para Boaventura Sousa Santos, esses pontos seriam a base para a composição de uma sociedade mais igualitária e justa. Isso exigiria a integração entre políticas de redistribuição e de reconhecimento.

Frente ao exposto, pode-se dizer que não há uma única receita que dê conta de uma realidade tão complexa. Uma alternativa para esse dilema é o que propõe Fraser:

Em vez de simplesmente endossar ou rejeitar toda a simplicidade da política da identidade, devemos encarar isso como

uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, uma teoria que identifique e defenda apenas versões da política cultural da diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social de igualdade (Fraser, 2001, p.246).

O Brasil tem uma vasta experiência com políticas redistributivas, voltadas para a questão da igualdade. Com relação às políticas afirmativas, dirigidas para a diferença e inclusão, a experiência é ainda relativa. Entretanto, as políticas de ação afirmativa vêm apresentando alguns resultados positivos, que podem contribuir para a redução das diversas formas de desigualdades sociais no Brasil. Tendo em vista a exasperação da desigualdade social brasileira e a necessidade premente de reversão desse quadro, se torna essencial a efetivação de políticas de cunho igualitário e também das políticas de reconhecimento das diferenças, porque, como dito anteriormente, a igualdade efetiva só ocorrerá quando as diferenças forem reconhecidas, não justificando mais, portanto, a presença do segundo dilema.

Recebido em setembro de 2010, aceito para publicação em outubro de 2010

O Social em Questão

Referências bibliográficas

CANDAU, V. M. *Universidade, diversidade cultural e formação de professores*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2003.

DAGNINO, E. *Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação?*. Disponível em: <http://www.ibase.br/confira/evelina_dagnino_port.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2010.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento. In SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.

_____. *A justiça social na globalização - Redistribuição, reconhecimento e participação*. Disponível em: <http://www.eurozine.com>. Acesso em: 15 abr. 2004.

_____. *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n.2, p.291-308, 2007a.

_____. *Reconhecimento sem ética?* *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p.101-138, 2007b.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E; LOBATO, F. (Orgs). *Ações afirmativas - políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão, 807).

HENRIQUES, R; BARROS, R; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão, 800).

MATTOS, P. *O reconhecimento, entre a justiça e a identidade*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.63, p.143-160, 2004.

NEVES, P. S. *Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n.59, p.81-96, 2005.

PINTO, C. R. J. A. **Democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais. Pós-modernidade e multiculturalismo.** Revista da USP (Pós-modernidade e multiculturalismo), n. 42, p.56-59, 1999.

_____. **Teorias da Democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Debates Contemporâneos em Psicologia Social).

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano.** São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar - os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Jessé de. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.** Brasília: Editora UNB, 2001.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. **Argumentos filosóficos.** São Paulo: Loyola, 2000.